



Anais da Assembléia

N.º 61

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 03 DE JUNHO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 87ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 1976

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Fabiano Braga Cortes e Otássio Pereira.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Del Ciel, Antonio Facci, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Roberto Soares, Osvaldo Macedo e Werner Wanderer (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 174/76, veto apostado ao Projeto de Lei nº 82/74, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que classifica de acordo com a hierarquia, vulto e complexidade das atribuições e responsabilidades, os órgãos de deliberações coletiva da área do Poder Executivo e dá outras providências. Parecer da CCJ., pela manutenção do veto, por unanimidade.

OFÍCIO Nº 36/76

Curitiba, 13 de abril de 1976.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício nº 01/76, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando a atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 82/74, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

2. Dispõe o autógrafo que os órgãos de deliberação coletiva da área do Poder Executivo, serão classificados de acordo com a importância, vulto e complexidade das respectivas atribui-

ções e responsabilidades e que, em tal classificação será fixado o valor da remuneração de presença nas sessões dos referidos órgãos.

3. O não acolhimento ao Plano de Lei em questão decorre de pronunciamento expendido pelo órgão competente da Secretaria do Planejamento, considerando a medida inoportuna e contrária aos interesses da Administração, em vista das disposições do art. 110, da Lei nº 6636, de 29 de novembro de 1974, que, inclusive, estabelecem a não remuneração pela participação em órgãos de deliberação coletiva.

4. Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Encerrada a discussão do veto. — Em votação. — **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 88ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 1976

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Quielse Crisóstomo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Del Ciel, Antonio Facci, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Roberto Soares, Osvaldo Macedo e Werner Wanderer (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM

Curitiba, 31 de maio de 1976.
50/76

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 30 de abril de 1976, ao Convênio celebrado em 04/06/74, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o município de CORBÉLIA, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado
À Comissão de Constituição e Justiça.

51/76

Curitiba, 31 de maio de 1976

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 12 de abril de 1976, ao Convênio celebrado em 28/12/73, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o município de FÊNIX, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado
À Comissão de Constituição e Justiça.

52/76

Curitiba, 31 de maio de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 30 de abril de 1976, ao Convênio celebrado em 08/03/74, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o município de MEDIANEIRA, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado.

À Comissão de Constituição e Justiça

53/76

Curitiba, 31 de maio de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 30 de abril de 1976, ao Convênio celebrado em 14/08/74, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR - com o município de REALEZA, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, fazendo uso de suas prerrogativas parlamentares, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor REINOLDO LUDWIG, ocorrido no dia primeiro passado, na cidade de Marechal Cândido Rondon.

É justo que se preste esta homenagem ao homem que com seu trabalho ajudou a construir Marechal Cândido Rondon, desde seus primeiros dias e perfeitamente integrado com os outros pioneiros daquela comunidade nos deixou o legado de amor e trabalho à terra onde viveu em harmonia com todos os rondonenses. Daí porque sentimos o desaparecimento deste companheiro que por nós será sempre bem lembrado.

Requer, outrossim, seja a família enlutada cientificada do teor deste requerimento através de expediente endereçado à viúva MARIA LUDWIG, Rua Sete de Setembro, 1337 - A/C Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1976.

(a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, valendo-se de atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, inserção em Ata de voto de pesar pelo passamento da Senhora Noemia Maria de Jesus Santana, ocorrido na cidade de Terra Rica.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade terrariquense está enlutada pelo falecimento recente da Senhora NOEMIA MARIA DE JESUS SAN-

TANA, esposa do Senhor BENTO HONÓRIO SANTANA.

A família que chora seu desaparecimento é página da história da existência de Terra Rica.

Fundadores, verdadeiros pioneiros daquele rincão, os Santana, ali, em seus primórdios, fincaram raízes e contribuíram dedicadamente para o crescimento, o desenvolvimento de Terra Rica.

É justo que esta Casa preste reverência, tribute homenagem aos verdadeiros participantes do progresso comunitário.

É digno e meritório que se tribute honra a quem virtudes irradia.

O exemplo de uma vida, dedicada à educação da família e no espelhamento de bons costumes é justificativa sobeja para a aprovação da presente proposição.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento do Sr. ULISSES XAVIER DA SILVA, ocorrido ontem na cidade de Londrina.

Um dos pioneiros de Londrina, ULISSES XAVIER DA SILVA, muito contribuiu para o extraordinário desenvolvimento da cidade, à qual teve a honra de servir como prefeito e vereador, além da notável atuação na vida política, social e econômica do município.

Perde Londrina uma das suas mais marcantes personalidades, razão que por si só justifica o pedido ora formulado a esta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Pretende o Governo do Estado transferir o HOSPITAL INFANTIL DE PARANAGUÁ à responsabilidade da SANTA CASA local, medida que está acarretando desagrado e preocupação na região litorânea.

O HOSPITAL INFANTIL DE PARANAGUÁ atende, se não com perfeição, ao menos de forma razoável, a população infantil, não só de Paranaguá, mas de todo o litoral. E, por sinal, o único noscômio especializado neste tipo de atendimento em toda a região.

Evidentemente sua transferência para a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, praticamente desampará a população infantil, pois aquele estabelecimento hospitalar, como hospital geral que é, em que pese a boa vontade e competência de sua direção e de seu corpo médico, não terá condições de seguir, com o atendimento geral que lhe incumbe, paralelamente com mais esse encargo específico.

Requer, assim sendo, o signatário, após ouvido o Plenário, que se enderece ao Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário da Saúde apelo no sentido, que se suste a transferência à responsabilidade da Santa Casa de Paranaguá, o Hospital Infantil do litoral, permanecendo esse último estabelecimento hospitalar em sua situação atual.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1976.

NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação e da Cultura, nos seguintes termos:

Considerando o marcante desenvolvimento do distrito de Lerroville - município de Londrina;

Considerando que face ao grande número de famílias ali residentes, é realmente elevado o número de jovens em idade escolar;

Considerando que Lerroville dista aproximadamente 50 km da sede do município de Londrina;

Considerando os apelos que de longa data são feitos pela população do distrito;

Requer medidas urgentes da Secretaria da Educação e da Cultura, no sentido de estudar a viabilidade e dotar aquele distrito do curso completo de primeiro grau, da primeira e oitava série, evitando assim que muitas famílias tenham que transferir-se do distrito pela falta de condições de escolaridade para seus filhos.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente da FUNDEPAR, Dr. Guilherme Braga, no sentido de que seja construída uma unidade escolar com quatro e seis salas, no município de Almirante Tamandaré, distrito de Campo Magro, em terreno a ser doado pela Prefeitura do referido município.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1976.

(a) ALFREDO GULIN.

JUSTIFICATIVA:

Atendendo as constantes solicitações dos moradores do distrito de Campo Magro, que há muito tempo reclamam a construção de uma unidade escolar, visto a precariedade já existente, que não oferece nenhuma condição, mesmo para a proteção contra intempéries e, estar construída em propriedade alheia.

Assim sendo, julgamos merecer tal região, uma atenção mais acentuada por parte dos órgãos responsáveis, razão pela qual solicitamos aos ilustres Pares o apoio e aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Conselho Monetário Nacional e ao Diretor, Coronel PERACHI BARCELLOS, do Banco do Brasil, enfatizando a necessidade de criação e instalação de agência do Banco do Brasil, na cidade de Terra Roxa - Pr.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

O objeto da proposição presente é do conhecimento do Banco Central do Brasil, que respondendo à solicitação desta Casa, por sugestão deste Deputado, informou que "a criação, transferência ou extinção de dependências, é matéria de economia interna dos estabelecimentos bancários, cabendo, em casos como o presente, ao Conselho Monetário solucionar", razão pela qual voltamos a abordar, expor, tentar sensibilizar os órgãos aos quais nos dirigimos, no sentido de que se procedam estudos sócio-econômicos necessários à perspectiva da viabilidade do potente município de Terra Roxa, em sediar agência do Banco do Brasil, evento que viria proporcionar a mobilização necessária daquela comunidade em busca de seu grande destino.

TERRA ROXA, desde sua fundação, desde seu desbravamento, vem progredindo a olhos vistos e hoje sua população supera a casa dos 80.000 habitantes, o que é alvissareiro para um município com apenas 10 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, requer, ouvido o Plenário, seja expedido ofício à Secretaria de Planejamento, reivindicando a instalação de Inspeção de Ensino, com sede na cidade de Nova Londrina, com jurisdição sobre os municípios de Diamante do Norte, Itaúna do Sul e Marilena.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Expediente neste mesmo sentido foi oficiado à Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

De imediato e cavalheirescamente, o titular daquela pasta, professor Francisco Borsari Netto, informou-nos que o objetivo proposto dependia de finalização de estudos sobre regionalização, na ocasião em andamento da Secretaria do Planejamento.

Retornamos ao assunto, solicitando o exposto, enfatizando no entanto, a real e justa necessidade do proposto. Face a densidade demográfica da região polarizada por Nova Londrina, fácil é à Secretaria do Planejamento constatar a justeza de nossa reivindicação.

Na certeza do apoio por parte dos nobres Pares com assento nesta Casa, estamos convictos do espírito de discernimento e de trabalho que dirige as atividades do órgão ao qual ora nos dirigimos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, requer ouvido o Plenário, envio de expediente à Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social, enfatizando a necessidade de instalação de Posto de Saúde no distrito de Santa Esmeralda, município de Santa Cruz de Monte Castelo.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

O distrito administrativo de Santa Esmeralda, jurisdicionado pelo município de Santa Cruz de Monte Castelo, apresenta real desenvolvimento baseado em pujante cafeicultura e intensa atividade pecuária.

Em sua sede, já funcionam Grupo Escolar e Ginásio Estadual, ambos em prédios próprios, o que dá o dimensionamento de sua população que atinge a casa dos quatro mil habitantes.

Dista da sede do município, trinta quilômetros, em cujo trecho, em posição intermediária cresce também o distrito de Ivaina, de igual importância.

Quase às margens do Rio Ivaí, e devido a proximidade de região de banhados e facilmente alagadiças, o índice de verminose é alarmante, atingindo a quase 95 por cento de população que vive naquela área.

Urge então, que a Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social, estenda sua ação aquele distrito, instalando ali, estabelecimento dotado de recursos médicos e farmacêuticos para atendimento daquela laboriosa comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja enviado à PARANATUR — Empresa Paranaense de Turismo, ofício solicitando providências no sentido de proceder a devida divulgação da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, realizada anualmente na cidade de PORTO RICO.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Houve por bem a PARANATUR, atendendo solicitação desta Casa, por sugestão deste Deputado, inserir no calendário turístico do Estado, as solenidades realizadas por ocasião da FESTA DE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, comemorada anualmente às margens e nas águas do fabuloso Rio Paraná, no município de PORTO RICO.

Retornamos ao assunto, na certeza do apoio dos nobres colegas e convictos da pronta atenção por parte da alta direção da PARANATUR, pleiteando junto à mesma que proceda, dentro de tempo hábil, a devida divulgação do evento, transferindo ainda ao município, os meios e recursos necessários para o brilhantismo e o sucesso da promoção, de elevado sentido religioso e folclórico.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na qualidade de líder da bancada da ARENA, nesta Casa, indica para comporem a COMISSÃO ESPECIAL para apreciação das Emendas Constitucionais, os seguintes Deputados:

EFETIVOS: 1 - LUIZ ROBERTO SOARES
2 - EZEQUIAS LOSSO
3 - FABIANO BRAGA CÔRTEZ

SUPLENTE: 1 - LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
2 - BASÍLIO ZANUSSO

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI N.º 66/76
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

- Art. 1.º - Fica elevado para 15 (quinze), o número de vereadores da Câmara Municipal de Cascavel.
- Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO
FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

De acordo com o parágrafo único do artigo 28, da LEI Complementar número 2, de 18 de junho de 1973 (LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS), o número de vereadores, em cada legislatura, será alterado por lei estadual, tendo em vista o total de eleitores inscritos no município, até 180 dias antes das eleições municipais, conforme dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Conforme a certidão que anexamos ao presente, fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral, o número de eleitores de Cascavel, perfazem o expressivo de 48.256. Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei a fim de adaptar o Legislativo Municipal de Cascavel à sua real situação política.

Com isso esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 67/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

- Art. 1.º - Fica criado o município de PEROBAL, com território desmembrado do município de UMUARAMA, com as divisas do atual DISTRITO ADMINISTRATIVO E JUDICIÁRIO do mesmo nome.
- Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1976.

(a) OTÁSSIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

O distrito de PEROBAL, no município de UMUARAMA, vem apresentando um surto desenvolvimentista dos mais surpreendentes dentro da região noroeste de nosso Estado.

Tanto na zona rural como na zona urbana, tal desenvolvimento está a impor uma administração direta, anseio de toda aquela população.

A documentação que anexamos ao presente, bem comprova estarem preenchidas as exigências legais, estabelecidas através da Lei Complementar número 01 de 09 de novembro de 1967.

Com isso estamos apresentando o presente projeto que temos a certeza contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 68/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

- Art. 1.º - Fica concedido o título de "Cidadão Honorário" do Paraná, ao economista REINHOLD STEPHANES.
- Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1976.

JORGE SATO, JURANDIR MESSIAS e LEOPOLDO JACOMEL

JUSTIFICATIVA:

Reinhold Stephanes nasceu em Santa Catarina, em 1939, sendo filho de Osvaldo Stephanes e Lily Stephanes. Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná, em 1963, bem cedo passou a desempenhar as mais importantes funções, quer na administração estadual, quer na municipal e atualmente presidindo o Instituto Nacional de Previdência Social.

Entretanto, altamente cômico de suas responsabilidades, possuindo inusitado amor aos estudos prosseguiu neles, aperfeiçoando os seus conhecimentos em diversos cursos de especialização, destacando-se entre eles:

- "X Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico", promovido, em colaboração com os Governos brasileiros e Paranaenses, pelo Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social; da CEPAL, órgão das Nações Unidas.
- Certificado de aproveitamento do "I Curso de Preparação de Técnicos em Elaboração e Administração Orçamentária" sob o patrocínio do Governo do Estado do Paraná e da Universidade do Paraná.
- Diploma do "Curso de Especialização em Administração e Desenvolvimento Municipal", na Alemanha Ocidental, patrocinado pelo Governo Alemão, através da Fundação Alemã para Países em Desenvolvimento e o Sanat de Berlim.
- Estágio nos Estados Unidos da América do Norte, sob o patrocínio da USAID, para estudos de Administração Financeira e Técnica de Auditoria.

O seu largo acervo cultural credenciou-o então a emprestar colaboração ao magistério superior, exercendo as seguintes funções:

Professor Assistente da cadeira de "ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA", dos Cursos de Sociologia, Política e Administração Pública, da Universidade Católica do Paraná.

Professor substituto das seguintes cadeiras: DIREITO FINANCEIRO - Segundo ano de Direito da Faculdade Católica de Direito do Paraná; CIÊNCIA DAS FINANÇAS terceiro ano do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade Católica de Ciências Econômicas do Paraná.

Professor da cadeira de ECONOMIA E FINANÇAS, do "CURSO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS EM SUPRIMENTO TÉCNICO", da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda da Aeronáutica, em Curitiba.

Professor de FINANÇAS PÚBLICAS no centro Universitário de Brasília - C.E.U.B. -

Mas não se encerraram aí suas atividades culturais, pois destacou-se também como conferencista com temas valiosos e apresentações brilhantes como segue:

"A Reforma Administrativa do Governo Federal", a convite do Conselho de Economistas Profissionais do Distrito Federal.

"A Política de Integração Nacional e a Colonização da Amazônia", conferência proferida junto a Universidade Federal de Viçosa para os estudantes de pós-graduação em Economia Rural.

Membro do Conselho Municipal de Contribuintes.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
CONSELHEIRO DO FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO.
SECRETÁRIO GERAL DO MINISTÉRIO
INSPETOR GERAL DE FINANÇAS
SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.
DIRETOR DO INCA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
SECRETÁRIO GERAL SUBSTITUTO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETÁRIO DE APOIO
CONSELHEIRO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Frente ao Instituto Nacional de Previdência Social, vem realizando com larga visão, administração das mais inteligentes, dinâmicas e produtivas, cujos resultados toda a nação hoje usufrui.

O Programa de Ação estabelecido para 1975 atingiu todas as metas propostas, quer por medidas administrativas ou legislativas, merecendo destaque especial:

- a) a instituição da proteção previdenciária aos idosos, mediante o pagamento de meio salário-mínimo aos maiores de 70 anos ou inválidos;
- b) a instituição do Seguro de Acidentes do Trabalho Rural;
- c) a instituição dos benefícios da previdência social em favor dos empregados rurais e seus dependentes;
- d) a instituição da contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada para fins de aposentadoria;
- e) a transferência para o INPS da responsabilidade pelo pagamento do salário-maternidade;
- f) a extinção da contribuição previdenciária incidente sobre os benefícios da prestação continuada;
- g) a concessão de parcelamento especial às empresas e instituições em débito para com a previdência social;
- h) a formulação do Plano Pronto Ação, objetivando basicamente o descongestionamento do sistema previdenciário, notadamente na área médica, a simplificação das formas e processos de atendimento, a plena utilização da capacidade instalada na comunidade e o atendimento de qualquer cidadão na rede assistencial previdenciária, nos casos de emergência, independentemente de sua vinculação ao sistema;
- i) a instituição do Programa de Assistência Farmacêutica, para distribuição gratuita de medicamentos a beneficiários carentes, mediante ação conjunta da Central de Medicamentos - CEME e do INPS;
- j) a instituição de sistema de convênio entre o INPS e Universidades, para uma maior integração do ensino médico à realidade assistencial previdenciária.

O Estado do Paraná, ao lado do Rio de Janeiro, São Paulo

e Minas Gerais são os que maiores atenções têm recebido da atual administração do INPS. Essas áreas são atingidas pelas medidas de caráter nacional e paralelamente por outras específicas, demonstrando a plena prioridade atribuído pelo Governo ao desenvolvimento social, em paralelo com o desenvolvimento econômico do país.

O nosso Estado vem recebendo medidas emergenciais, com vistas a uma obtenção mais rápida de resultados:

- a) mais quatro agências foram instaladas (Foz do Iguaçu, Paranavaí, Pato Branco e Campo Mourão; beneficiando diretamente uma população da ordem de 1,5 milhões de pessoas, espalhadas por 86 municípios, pelo desafogo proporcionado às unidades a que aquela população estava originariamente vinculada.
- b) foram firmados convênios com a Universidade Federal do Paraná para a utilização do Hospital de Clínicas de Curitiba e com a Universidade Estadual de Londrina, para utilização de seus hospitais pelos beneficiários da previdência;
- c) Londrina, cidade polo da região, foi declarada área problema sendo alvo de projeto especial, conjulgando esforços que possibilitem a curto prazo, a melhoria e a expansão dos serviços prestados.

Destaque especial merece o relevante papel dos convênios firmados pelo INPS com as universidades, verdadeiros instrumentos de integração entre a escola e a comunidade previdenciária.

Está sendo desenvolvida uma agressiva política de investimentos como base ao plano específico para o Paraná. Em 1975 foram investidos cerca de 6,5 milhões só em obras e equipamentos, cifra que em 1976 subirá para 86 milhões.

Abordamos os tópicos principais da administração Reinhold Stephanes no Instituto Nacional de Previdência Social, órgão responsável pelo desenvolvimento social do país. Diga-se que nunca tantos objetivos e realizações foram alcançados. Óbvio que em decorrência disso a imagem da instituição melhorou sensivelmente.

Reconhecendo o governo federal o elevado mérito de Reinhold Stephanes, concedeu-lhes o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a Comenda da Ordem do Rio Branco, em abril de 1975.

Muito se orgulha o Paraná pelo jovem administrador que formou em seus bancos escolares e que hoje desponta no cenário nacional como um dos responsáveis pela mais eficaz política social que já experimentamos.

Justo que esta Casa possa também render-lhe as homenagens do Povo paranaense concedendo-lhe o título de nosso cidadão honorário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do Expediente.

Temos a honra de assinalar a presença, no plenário, do Sr. Mário Onken.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem tivemos oportunidade, quando estivemos na cidade de Paranaguá, de ouvir os reclamos de todos os municípios daquela comuna, protestando contra uma determinação que era considerada, naquela cidade, uma verdadeira aberração.

Eis que, o Hospital da Criança de Paranaguá, única entidade assistida pelo Governo do Estado e que dava um razoável atendimento às crianças do litoral, por determinação não sei se

do Sr. Governador ou do Sr. Secretário de Saúde, teve transferido todo seu acervo para a Santa Casa de Misericórdia.

Evidentemente, que a Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, por mais boa vontade que tivesse, não poderia atingir o desiderato que era atingido pela Casa da Criança, uma vez que outras implicações existem na Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, tais como INPS e outras mais. Isto fará com que a Santa Casa de Misericórdia atenda um percentual irrisório, ínfimo de crianças que eram atendidas anteriormente pelo Hospital da Criança.

Quero fazer um protesto em nome da cidade de Paranaguá, ao Governador, ao Secretário da Saúde, a quem de direito, para que o Governo do Estado mantenha a entidade que tinha em Paranaguá, que era o Hospital da Criança.

E não pretexto, como está pretextando de que não tem condições de gerir por falta de recursos, ou de meios.

Isto não interessa, não interessa qual a justificativa do Governo do Estado do Paraná.

O que interessa é que Paranaguá não poderá ficar sem aquele atendimento.

Este protesto é em nome da cidade inteira que, numa reunião de ante-ontem na Câmara Municipal de Paranaguá, houve por bem, por unanimidade de seus pares, protestar contra o descaso a que a cidade está sendo tomada e atingida, inclusive criando uma certa celeuma que não pode ser contida por palavras e nem por atos, mas sim através de uma reformulação do Sr. Governador do Estado ou do Sr. Secretário de Saúde, Dr. Arnaldo Busato, dando continuidade à Casa da Criança, que bem ou mal, vinha dando razoável atendimento às crianças do litoral.

Tenho aqui uma reportagem do jornal "O IMPARCIAL" que, em razão da exiguidade de tempo não vou ler, mas irei anexar ao requerimento que vou redigir, a fim de que os Srs. Deputados tomem conhecimento da gravidade da situação que assola a cidade de Paranaguá.

Não faço demagogia, nunca fiz e nem farei. Estou simplesmente abismado diante do descaso da autoridade competente com respeito ao fechamento do Hospital Infantil de Paranaguá. Ele foi inaugurado há pouco mais de dois anos e preenchia uma lacuna muito séria e, hoje, com o seu fechamento, o serviço que era prestado por aquele hospital foi transferido para a Santa Casa de Misericórdia, que não tem condições de dar atendimento às crianças do litoral. Quero verberar o meu protesto e através do Expediente eu o farei com mais clareza para que os Srs. Deputados possam analisar a situação que Paranaguá atravessa e que muito reclama.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Inicialmente, desta tribuna, cumpre-me registrar, profundamente consternado, o falecimento ocorrido na cidade de Londrina de uma das mais marcantes personalidades daquele município, o Sr. Ulisses Xavier da Silva. Pioneiro no município de Londrina, homem que esteve, nos primórdios daquele município, à frente dos destinos da Prefeitura. Homem que exerceu também atividades de Vereador na Câmara Municipal de Londrina. Político que muito contribuiu não apenas no campo político, mas no campo social e econômico. E, atualmente, Delegado de nosso partido junto à convenção estadual.

Registro com muito prazer, e inclusive estamos encaminhando um requerimento para que na Ata dos trabalhos da presente sessão, se faça consignar um voto de profundo pesar pelo seu passamento.

Também, Sr. Presidente, aproveito a ocasião que venho à tribuna, para poder lembrar que, há algum tempo atrás, estive nesta mesma tribuna, tecendo agradecimentos em nome do povo de Londrina, ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário de Educação e ao Superintendente da FUNDEPAR pela extraordinária atenção que o Governo Estadual tem dado na área educacional ao município de Londrina.

Lembro-me de que há pouco tempo ali se inauguravam duas notáveis unidades escolares, uma no Jardim Santa Rita e outra no Jardim Bandeirantes.

E devo dizer que no próximo sábado teremos outra vez a presença, em Londrina, do Sr. Governador do Estado, do Secretário de Educação, do professor Guilherme Braga, da FUNDEPAR, ocasião em que serão também inauguradas mais duas magníficas unidades escolares, cada uma delas com aproximadamente 2 mil metros quadrados de construção em alvenaria, dando assim condições para a matrícula de aproximadamente mais 6000 alunos no município de Londrina, uma delas no Jardim Flórida, outra no Jardim Leonor e não bastasse isso, Sr. Presidente. Srs. Deputados, através de expediente que nós formalizamos nesta Casa Legislativa, no incício das nossas atividades parlamentares, havíamos pedido providências para que fosse construído o Grupo Escolar no Jardim Flórida, substituindo o então precário Grupo Escolar Newton Guimarães. E hoje é com alegria que vemos que aquele pedido, atendido, já está inclusive com a construção pronta, utilizado já há alguns dias pelos alunos e no próximo sábado será inaugurado oficialmente.

Estamos também recebendo a notícia de que outro apelo que fizemos desta tribuna, para construção do Grupo Escolar Nilo Peçanha, na Vila Nova, também está sendo atendido pelo Governo.

Exatamente no dia de ontem foi iniciada a construção do Grupo Escolar da Vila Nova, com 1850 metros quadrados de área construída em alvenaria e tudo isto num atestado de que efetivamente o Governo continua altamente preocupado em dar as melhores condições para os jovens em idade escolar.

Era o registro que eu trazia hoje desta tribuna, porque entendendo que, assim como comparecemos para requerer, para pedir, para apelar e para mostrar ao Governo os caminhos de atendimento ao povo, também é justo que aqui voltemos para testemunhar a nossa gratidão, quando o Governo entende os propósitos dos parlamentares, quando o Governo entende os anseios da sua gente e quando o Governo transforma em realização aquilo com que tanto sonha a nossa população.

Era este o registro, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, terceiro orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com as mesmas palavras com que o Deputado Dácio Leonel encerrou o seu pronunciamento, gostaríamos de iniciar este nosso pronunciamento.

Realmente temos vindo à tribuna para criticar, para questionar e, com a mesma liberdade, deveremos ir à ela para, também, elogiar os atos governamentais que atendam aos interesses da população.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quando da campanha política, do anti-candidato Ulysses Guimarães à Presidência da República, o grande brasileiro anti-candidato à Vice-Presidência da República, Barbosa Lima Sobrinho, na Convenção do Movimento Democrático Brasileiro ao se referir às multinacionais, em certo trecho disse o seguinte: "... e em meio ao clamor contra a democracia, esquecemos que devemos a ela o aproveitamento de Paulo Afonso, a criação do Fundo Rodoviário, a aprovação da Eletrobrás, a conclusão do Código Brasileiro de

Telecomunicações. A própria criação da Petrobrás só conseguiu chegar ao monopólio estatal com a presença e a colaboração do Congresso Nacional.

De outra parte, Srs. Deputados, no livro "MDB em Ação nos Comícios de Rádio e Televisão", elaborado para a campanha política de 74, no tópico "Nacionalismo e o MDB", nós temos como programa do nosso Partido, um item que diz o seguinte: "Exportação de Riquezas Minerais pelo Estado ou sob o seu Rigoroso Controle".

Srs. Deputados. Pretendíamos e pretendemos trazer a esta Casa, o debate de um dos assuntos do dia, que é o problema da estatização e da privatização da economia brasileira.

Lemos os dois tópicos do programa e do discurso de homens do meu Partido para justificar a nossa presença nesta tribuna e o requerimento que, ao final, faremos, e no qual pedimos à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, um voto de congratulações ao Presidente Ernesto Geisel, pela sua atitude corajosa de mandar ao Congresso Nacional um projeto de lei cancelando a concessão dada a grupos particulares, e entregando a exploração do potássio do Estado de Sergipe à Petrobrás.

Estamos vivendo dias em que a polêmica "Estatização e Privatização" vem crescendo. Revistas inteiras pagas, e estão lá as propagandas a serem contadas, pagas pelas multinacionais, estão tentando induzir os homens brasileiros que o Governo é um mau patrão.

Como opositorista que somos, neste momento, afirmamos que o Governo não tem sido tão mau patrão, porque hoje nós brasileiros, nos orgulhamos do Banco do Brasil, nos orgulhamos da Eletrobrás, nos orgulhamos da Petrobrás e de tantas empresas estatais.

A situação é de tal vulto que mesmo aqui no nosso Estado já empresários mal informados, estão se colocando contra o que chamam de estatização da economia brasileira, e chegam, até, ao desconhecimento total, ao citar a EMOPAR como exemplo de estatização.

Esquecem que a EMOPAR, nada mais que uma mudança de método administrativo, de um órgão já existente; e os que procuram, ao citar a SANEPAR, a TELEPAR, COPEL, dizer que o Estado está se imiscuindo na economia, deveriam responder a seguinte pergunta: — Em que medida está esta intromissão na economia, pelo Estado, se estes órgãos nada mais são do que substituição de órgãos anteriormente existentes de serviços públicos?

EMOPAR, antigo Departamento de Edificações; SANEPAR, Departamento de Águas e Esgotos; COPEL, Departamento de Águas e Energia Elétrica, e assim por diante.

Porisso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, parece-nos ter chegado o momento em que, independente de siglas partidárias, todos apoiem as medidas que vierem do Governo Central, no sentido de garantir para este País, os setores básicos da economia.

Mas, Sr. Presidente, ao encerrarmos neste Pequeno Expediente, leremos um requerimento e solicitamos aos membros desta Casa o devido apoio. (Lê):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Exmo. Sr. General Ernesto Geisel, DD. Presidente da República, pela anulação e transferência à Petrobrás, da concessão da pesquisa e lavra do potássio de Sergipe.

Requer, outrossim, seja dado conhecimento do presente ao Exmo. Sr. José Rollemberg Leite, Governador do Estado de Sergipe, ao Exmo. Sr. Ministro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, e ao Exmo. Sr. General Araken de Oliveira, Presidente da

PETROBRÁS.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1976.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

- 1 — O tema estatização privatização está em pauta;
- 2 — O setor entregue à Petrobrás se encontrava em mãos de iniciativa privada que não teve condições de exploração;
- 3 — É de interesse nacional a manutenção em mãos do Estado, dos setores básicos".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Pensamos ser este o caminho para podermos debater o problema gravíssimo da economia brasileira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, quarto orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao longo dos anos que tenho vivido neste Parlamento, Sr. Presidente, é a segunda vez que me atrevo a propor a concessão de um título de benemerência a vultos que merecem, do Paraná, esta homenagem. Assim sendo, Sr. Presidente, com o apoio de inúmeros Srs. Deputados, encaminho à Mesa Projeto de Lei concedendo título de Cidadão Honorário ao Paraná ao Economista Reinold Stephanis.

Catarinense de nascimento, bem cedo S. Exa. passou a desempenhar as mais importantes funções, quer na administração estadual, quer na municipal, e atualmente presidindo o INPS.

Entretanto, Sr. Presidente, altamente cõscio das suas responsabilidades, possuindo inusitado amor aos estudos, prosseguiu depois de formado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, os seus estudos, aperfeiçoando os seus conhecimentos em diversos cursos de especialização, destacando-se, entre elas:

O décimo curso de treinamento em problemas de desenvolvimento econômico. É detentor de certificado de aproveitamento do primeiro curso de preparação de técnicos em elaboração e administração orçamentária; possui o diploma do curso de especialização em administração e desenvolvimento municipal, obtido na Alemanha Ocidental patrocinado pelo governo alemão através da Fundação Alemã para Países em desenvolvimento, fez estágio nos Estados Unidos da América do Norte, sob o patrocínio da USAID, para estudos da Administração Financeira e Técnica em Auditoria.

O seu largo acervo cultural, credenciou-o a emprestar colaboração ao magistério superior, exercendo no magistério as seguintes funções:

Professor Assistente da Cadeira de Estrutura e Administração Orçamentária, dos cursos de Sociologia Política e Administração Pública, da Universidade Católica do Paraná.

Professor substituto das seguintes cadeiras: Direito Financeiro — segundo ano de Direito da Faculdade Católica do Paraná, Faculdade Católica de Direito do Paraná; Ciências das Finanças — terceiro ano dos cursos de Ciências Econômicas da Faculdade Católica de Ciências Econômicas do Paraná. Professor da cadeira de Economia e Finanças, do curso de Oficiais Especialistas em Suprimento Técnico da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda, da Aeronáutica, em Curitiba. Professor de Finanças do Centro Universitário de Brasília, CEUB.

Mas não se encerraram aí suas atividades culturais, pois destacou-se também como conferencista com temas valiosos e apresentações brilhantes, como sendo: A Reforma Administrativa do Governo Federal; Sistema de Acompanhamento dos Programas de Governo, Colonização da Amazônia; A Política de Integração Nacional e Colonização da Amazônia.

Tem participado como conferencista da disciplina de estudos brasileiros em diversos centros de estudos, destacando-se a Universidade de Brasília. A Reforma Administrativa do Governo Federal, e Colonização da Amazônia foram publicadas respectivamente pela Revista dos Serviços Públicos e pelo Ministério da Agricultura.

Dentro, porém, da atividade pública é que Reinold Stephanes vem empregando os magníficos conhecimentos que possui, os quais aliados às qualidades natas de administrador, amor à causa pública, têm conseguido realizar obras que podemos classificar sem qualquer exagero, como grandiosa em prol da comunidade brasileira.

Hoje desempenhando as elevadas funções de Presidente do INPS, órgão básico de apoio e atuação do Ministério de Previdência e Assistência Social.

Suas atividades públicas foram iniciadas no Paraná, tendo desempenhado elevados cargos de nossa administração, podendo-se destacar:

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ — Assistente de Técnico em Administração, da Diretoria Central de Orçamento da Secretaria do Governo do Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA — Economista, nomeado em 31 de dezembro fr 1963, exerceu funções de Chefia:

Chefe de Divisão de Orçamento e Estatística, do Departamento da Fazenda;

- Assessor Econômico do mesmo Departamento.
- Supervisor do Planejamento Econômico e Social da Assessoria de Pesquisas e Planejamento Urbano do Gabinete do Prefeito.

- Diretor Geral da Fazenda, do Município de Curitiba.

- Membro do Conselho Municipal de Contribuintes.

No Ministério da Agricultura foi Conselheiro do Fundo Federal Agropecuário; Secretário Geral do Ministério; Inspetor Geral de Finanças; Sub-Secretário do Planejamento e Orçamento; Diretor do INCRA, Secretário Geral Suubstituto do INCRA.

No Ministério de Educação e Cultura, foi Secretário de Apoio; Conselheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional.

E no Ministério de Previdência e Assistência Social, como Presidente do INPS.

Está desenvolvendo, Sr. Presidente, um trabalho digno de comentários, pois frente a este Instituto vem realizando com larga visão, administração das mais inteligentes, dinâmicas e produtivas, cujos resultados toda Nação hoje usufrui.

O Programa de Ação estabelecido em 1975 atingiu todas as metas propostas, quer por medidas administrativas ou legislativas, merecendo especial destaque:

“a) — a instituição da proteção previdenciária aos idosos, mediante o pagamento de meio salário mínimo aos maiores de 70 anos ou inválidos;

b) — a instituição do Seguro de Acidentes do Trabalho Rural;

c) — a instituição dos benefícios da Previdência Social em favor dos empregadores rurais e seus dependentes;

d) — a instituição da contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada para fins de aposentadoria;

e) — a transferência para o INPS da responsabilidade pelo pagamento do salário-maternidade;

f) — a extinção da contribuição previdenciária incidente sobre os benefícios da prestação continuada;

g) — a concessão de parcelamento especial às empresas e instituições em débito com a Previdência Social;

h) — a formulação do Plano de Pronta Ação, objetivando basicamente o descongestionamento do sistema previdenciário, notadamente, na área médica, a simplificação das formas e processos de atendimento, a plena utilização da capacidade instala-

da na comunidade e o atendimento de qualquer cidadão na rede assistencial previdenciária, nos casos de emergência, independentemente da sua vinculação ao sistema;

i) — a instituição do Programa de Assistência Farmacêutica, para distribuição gratuita de medicamentos a beneficiários carentes, mediante ação conjunta da Central de Medicamentos CEME e INPS;

j) — a instituição do sistema de convênio entre o INPS e Universidades, para uma maior integração do ensino médico à realidade assistencial previdenciária.

O Estado do Paraná, ao lado do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, são os que maiores atenções têm recebido da atual administração do INPS. Essas áreas são atingidas pelas medidas de caráter nacional e paralelamente por outras específicas, demonstrando a plena consonância das atividades administrativas do órgão, com o grau de prioridade atribuído pelo Governo ao desenvolvimento social, em paralelo com o desenvolvimento econômico do País.

O nosso Estado vem recebendo medidas de emergências com vistas a uma obtenção mais rápida de resultados:

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa comunica ao nobre orador que seu tempo está esgotado, e concede mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. IVO THOMAZONI — Muito obrigado.

a) — mais quatro agências foram instaladas (Foz do Iguaçu, Paranavaí, Pato Branco e Campo Mourão), beneficiando diretamente uma população da ordem de 1,5 milhões de pessoas espalhadas por 86 municípios, e indiretamente a perto de 1,4 milhões de beneficiários e 66 municípios pelo desafogo proporcionado às unidades a que aquela população estava originalmente vinculada;

b) — foram firmados convênios com a Universidade Federal do Paraná para a utilização do Hospital de Clínicas de Curitiba e com a Universidade Estadual de Londrina, para utilização de seus hospitais pelos beneficiários da Previdência;

c) — Londrina, cidade polo da região, foi declarada área problema, sendo alvo de projeto especial, conjugando esforços que possibilitem a curto prazo, a melhoria e a expansão dos serviços prestados.

Destaque especial merece o relevante papel dos convênios firmados pelo INPS, com as universidades, verdadeiros instrumentos de integração entre a escola e a comunidade previdenciária.

Está sendo desenvolvida uma agressiva política de investimentos como base ao plano específico ao Paraná. Em 1975 foram investidos cerca de 6,5 milhões só em obras e equipamentos, cifra que em 76 subirá para 86,0 milhões.

Abordamos os tópicos principais da administração Reinhold Stephanes no INPS, órgão responsável pelo desenvolvimento social do País. Diga-se que nunca tantos objetivos e realizações foram alcançados. Óbvio que em decorrência disso a imagem da instituição melhorou sensivelmente.

Reconhecendo o Governo Federal o elevado mérito de Reinhold Stephanes, concedeu-lhe S. Exa. o Sr. Presidente da República a comenda da Ordem do Rio Branco, em abril de 1975.

Muito se orgulha o Paraná pelo jovem administrador que formou em seus bancos escolares e que hoje desponta no cenário nacional como um dos responsáveis pela mais eficaz política social que já experimentamos. Justo que esta Casa possa também render-lhe as homenagens do povo paranaense, concedendo-lhe o título de Cidadão Honorário.

Tenho, Sr. Presidente, em anexo à minha justificativa, dados que comprovam significativo aumento de recursos aplicados nesta área, numa política desenvolvida de forma agressiva, possibilitando em 75, investimentos da ordem de 6 bilhões e 500 milhões de cruzeiros, só em obras e equipamentos. Cifra que, em

76, subirá para cerca de 86 bilhões de cruzeiros.

Outros argumentos que reforçam esta iniciativa, por certo haverão de sensibilizar os Srs. Deputados para a justeza da honraria que se pretende oferecer àquele que, não sendo paranaense, tem desenvolvido para o Paraná um trabalho digno de elogios. Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pessoalmente, considero muitos políticos deste País com posição suprapartidária, uma vez que entendo também que ARENA e MDB foram partidos criados de maneira impura, e que, realmente, não os fundamenta nenhuma base ideológica mais fundamentada.

Só servindo, ou só se prestando, apenas para concederem legendas para eleições em alguns níveis.

E dentro desse raciocínio, não poderia deixar de, na tarde de hoje, me referir ao pronunciamento dos mais importantes, dos mais sérios, acontecido ontem, no Senado Federal, através do liberal, do grande brasileiro, homem supra-partidário, na minha opinião, o Senador alagoano, Teotônio Vilela.

E não poderia deixar de registrar, nesta Casa, partes daquele discurso que, no meu entender, vem em hora oportuna, e vem aclarar muitas nebulosas, pontos em que se encontra a classe política brasileira, nos últimos tempos.

Permitam-se, Srs. Deputados, a ler alguns tópicos do discurso pronunciado pelo Senador Teotônio Vilela. Lê:

“É chegado o momento da Revolução cuidar de sua própria reforma e formulou crítica frontal ao projeto Falcão, “a lei de restrição da palavra no rádio e na televisão.

O recente pronunciamento do Presidente Geisel, em Feira de Santana, em favor da “institucionalização do regime democrático de acordo com a idéia revolucionária”. E ressalta: “Não é mais possível que alguém conhecedor dos mecanismos de uma campanha eleitoral, possa sugerir ao governo um projeto de lei extremamente coercitivo, das liberdades políticas sem que o seu intento não esteja comprometido com alguma coisa completamente diversa daquilo que aparentemente defende.

Estamos, sem dúvida, diante de objetivos simulados, ou como se dizia antigamente, há mouros na costa.

Não é minha função duvidar da inteligência dos outros. Mesmo porque, no caso, não se trata disso, creio até que a inteligência está a serviço de outra causa que a nossa vã filosofia não alcança. De qualquer modo nada mais desolador para o político do que votar contra o cerceamento dos seus próprios direitos sob a alegação, para a ARENA, de que deve fazê-lo tranquilamente pois se trata de algo a seu benefício. Seria a mesma coisa que declarar publicamente que a ARENA prefere o arrocho à liberdade de falar, o silêncio à comunicação; a imagem parada e numerada à linguagem que identifica a idéia. Se o pleito é um julgamento dos atos que acompanham o homem, é também uma esperança que se cria através da palavra. É esta, sobretudo, a parte que se corta.

Sendo uma proposição política e não uma medida de segurança, pode-se dizer abertamente que não consulta os interesses dos políticos e nem os interesses da opinião pública; a menos que se diga que o político não precisa se comunicar e a opinião pública para votar, prescinde de esclarecimentos”.

Os argumentos alegados para justificá-la são tão fracos, que dá pena comentá-los. Subestima-se graciosamente a capacidade de discernimento do povo, que não se deixa confundir tão facilmente quanto se imagina. Não há ninguém burro. Por um motivo maior a uns e menor a outros municípios ou mesmo nulo, seria admitir que tudo no Brasil já chegou a tal ponto de equidade política, econômica e social, que haver audiência polí-

tica num lugar e não haver noutro, seria realmente um clamor de ofensa ao alto sentimento da consciência de igualdade nacional de que desfrutamos em larga escala. Por último, o argumento de que permanecem os comícios de praça pública, suficientes à comunicação, soa como condenação ao aperfeiçoamento cultural dos povos. Dentro desse raciocínio, pode-se amanhã, ou hoje mesmo, proibir o uso do automóvel e do avião em campanha política, com base no robusto argumento de que subsistem o carro de bois, o cavalo e a mula.

Com tranquilidade, Sr. Presidente, repito aqui, com muito prazer, o que disse ontem o Sr. Teotônio Vilela, porque eu também, como homem da ARENA, possivelmente candidato à Prefeitura de Maringá, me identifico plenamente com essa afirmação.

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Mais uma vez me vejo no indeclinável dever de demonstrar minha admiração a V. Exa., ao trazer a esta Casa, pronunciamento do Senador Teotônio Vilela, e, esposando suas palavras, V. Exa. outra vez se alteia no conceito deste Legislativo. Atitudes desta ordem o colocam entre as mais exponenciais figuras que esta Casa possui, na luta pela liberdade, pela justiça e pelo direito. De resto, as palavras do Senador ontem proferidas, vêm de encontro àquilo que tudo que se está proclamando e se está afirmando e se está dizendo: o grande sacrifício, o grande marginalizado, o grande desconhecido é, na verdade, o povo brasileiro. Muito obrigado, pela concessão do aparte.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Agradeço a V. Exa. e coloco na sua educação e sua bondade, o elogio feito à minha pessoa. Absolutamente, temos procurado apenas manter a paz entre nós e nossa consciência de homem público responsável, que realmente quer para o Brasil a democracia plena de liberdade e, portanto, ao povo brasileiro, o melhor bem estar geral.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, o aparteei para me parabenizar, mais uma vez com V. Exa., pela manifestação de independência que sempre teve neste Parlamento.

Aproveito a oportunidade para dizer qual é o meu pensamento sobre o chamado “Projeto Falcão”. Verifico ser, acima de tudo, uma grande ofensa ao povo brasileiro, porque enquanto o Governo Federal deixa, deliberadamente, que se façam através do rádio e televisão as mais extravagantes propagandas de bebidas alcoólicas e de cigarros, proíbe terminantemente que o homem público se comunique com o povo, se submeta à apreciação do povo através desses veículos de informações e de relações.

Está de parabéns V. Exa., como de parabéns está o ilustre Senador Teotônio Vilela que, não sentindo o peso de sua responsabilidade político-partidária, sentiu o dever de manifestar-se contra esse projeto de lei, que tende criar o cerceamento da palavra, o cerceamento da liberdade e, acima de tudo, a comunicação do homem público com o povo brasileiro.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Agradeço o aparte e me permitiria prosseguir com mais alguns tópicos do discurso proferido por Teotônio Vilela.

Prossegue S. Exa. dizendo o seguinte: “Do impulso original em busca da democracia, caímos num sistema legal que se apegue à sua própria rotina, ao zelo à sua própria excepcionalidade e à doutrinação de sua própria excelência”, para acentuar, em seguida, “que isso se passa como se a Revolução, que é uma marcha, resolvesse não mais marchar, parar definitivamente num sítio indefinido, contentando-se com os recursos provisórios e com as aparências”.

— “Se há algo por que se lutar antes que pereça, de todo, na memória das coisas, sem dúvida, é o fortalecimento de nossas convicções democráticas e políticas em torno do estado de Direito e da supressão normal do Estado de emergência”.

Segundo o parlamentar Teotônio Vilela, “essa parada por ele qualificada de “sine die”, cuja proclamação está na intocabilidade do AI-5, conforme expressa, vem propiciando, lentamente, uma transformação do compulsório em voluntário. Explicou, a propósito, que, como a lei de arbítrio é de guerra e não de paz, impondo-se através do imperativo da ordem e não do Direito, ela influiu sobremaneira, poderosamente, nas normas de convivência humana, forçando a acomodação, “por ser a mesma o Deus de que o homem depende para sua sobrevivência política”.

“Esse onipotente sistema legal, fechado e misterioso, pela natureza da investidura e do procedimento, em virtude da prolongada permanência, forja um estado de cultura elitista, avesso ou simplesmente indiferente aos valores democráticos, e em que o relacionamento humano se arroga a vaidade suprema de prescindir da qualidade de vida política para se preocupar, unicamente, com a sobrevivência pessoal a qualquer preço.

Sob a proteção férrea do autoritarismo, proliferam os órgãos administrativos, cada um com seu mundo próprio, sua legislação e sua escala de valores, seus aviões e sua corte, sua realeza e sua riqueza.

Para Vilela, a excepcionalidade não é uma experiência para servir de pretexto ao continuismo, representando, essa, tão somente um meio e não um fim, isto porque, como esclareceu, se ela se demorar, se adentrar no tempo mais do que o esperado, qualquer experiência sobre sua validade, seria apenas no sentido de indagar a razão que a levou além do previsível, e não para concordar com qualquer inclinação de permanência, classificando a excepcionalidade como uma providência precária, ainda que oportuna para remover e arrumar as conseqüências da explosão revolucionária, ou uma tática legal a serviço da estratégia, da legitimidade, assegurou o parlamentar que já atingimos a idade da razão. E é bom que façamos bom uso dela.

Nesse sentido ele se situa na convocação que o Presidente Geisel fez em Feira de Santana, quando apregoa mais uma vez, a necessidade de alcançarmos em tempo menor, uma plenitude democrática, e a volta ao Estado do Direito. Citei hoje trechos do discurso de Teotônio Vilela, porque, tenho verificado e verifiquei em Belo Horizonte, quando tivemos a reunião de todos os parlamentares brasileiros, que os homens do MDB e da ARENA, independentemente de partido ou de filiação partidária, estão se conscientizando hoje que há necessidade de encontrarmos um novo caminho acima da atual conjuntura partidária ou bi-partidária. Que realmente os homens políticos deste País, repito, tenham a consciência do momento político que vivemos, para que possamos, no movimento supra-partidário, dar o respaldo necessário talvez, ao Presidente Geisel, para que ele realmente consiga, através dos preceitos que nortearam a Revolução Brasileira de 76.

Devolver ao País após já doze longos anos, o Estado de Direito, em que as liberdades democráticas sejam realmente válidas e que permaneça o direito, acima de tudo.

Eu endosso, modestamente, minha posição de Deputado Estadual do Paraná, o que falou o Senador Teotônio Vilela, homem que tem muitas vezes, solitariamente, dentro do Congresso Nacional, dito coisas que os brasileiros, conscientes, precisam ouvir e que muitos homens do MDB também têm esse tipo de posição. Eu, absolutamente, como me referi no início da minha breve oração, acredito, ou não acredito, nas estruturas atuais de ambos os Partidos. Acho que temos a missão mais alta, temos o impulso maior, temos a obrigação, histórica talvez, de nos aglutinarmos em torno do que realmente o Brasil espera de nós, talvez de gerações mais novas, que procurarão de uma forma ou de outra, ou a qualquer preço, se aliar a homens des-

te quilate, para que possamos legar aos nossos filhos um Brasil plenamente democrático”.

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Volto a dizer, mais uma vez, que o pronunciamento do Senador Teotônio Vilela, e o endosso que lhe faz V. Exa. nesta Casa, acabam por fazer coro à legião de vozes liberais, democratas existentes neste País, em todos os quadrantes e em todos os lugares, mormente nos parlamentos. A mim me parece que o desabafo do Senador repete, em outro grau, em outro setor, o desabafo que nesta Casa, há algum tempo, foi proferido também por outro eminente Deputado que, filiado à agremiação política contrária à nossa, também partilha ou tem demonstrado partilhar, de idéias deste teor, quando aqui nesta tribuna onde está V. Exa.; hoje volto a dizer, há já algum tempo o Deputado Accioly Neto feria o âmago da questão, dizendo que a raiz do problema está em que neste Brasil não se conseguiu, ainda, dissociar-se a revolução do processo revolucionário.

Mas, a bem da verdade, V. Exa. traz a debate, levanta e agita uma questão de suma importância e que deve, e que deveria tomar corpo e tomar tempo e um percentual muito grande de debate, de estudo e de análise, principalmente dos homens que têm a responsabilidade de colaborar em maior ou menor grau para a solução da grande questão institucional brasileira.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Agradeço a V. Exa.

Sr. Presidente, muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fidelcino Tolentino) Esta Presidência tem o prazer de anunciar a presença do Sr. José M. Franco do Município de Cândido de Abreu.

No Grande Expediente, ainda inscrito o Sr. Deputado Lúcio Machado, a quem concedo a palavra.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “A Indústria de Papel denominada Arapoti, sediada no município do mesmo nome, neste Estado, está sob a intervenção federal há mais de 8 anos, por motivos que não nos cabe analisar nesta oportunidade.

Todos sabemos que o Governo Federal após decretar a intervenção, assumiu o ativo e o passivo daquela indústria. Segundo as queixas e reclamações que recebemos de alguns operários da referida indústria, operários com mais de 20 ou até 30 anos de serviço, quando ficam doentes, além de permanecerem sem assistência médica e hospitalar, deles têm sido cortados os fornecimentos alimentícios, que são também controlados pela direção da indústria.

Porque observamos na oportunidade que lá estivemos, referindo-se à manifestação de alguns operários prejudicados pela falta de consciência da direção administrativa da indústria, é que, lamentavelmente, deixa transparecer que o Governo não assumiu a responsabilidade de oferecer aos obreiros operários que lá prestam serviços em caráter permanente, as condições de amparo à sua sobrevivência e à sobrevivência de seus familiares.

Infelizmente, observamos que, pelo menos 70 por cento daqueles que prestam serviços públicos, entre 500 operários, mais ou menos, o que corresponde a 500 famílias que ali vivem, e, conseqüentemente, têm que subsistir daquele trabalho, se encontra, totalmente, desprotegidos. Sem qualquer proteção da Legislação Trabalhista ou da lei de proteção ao trabalhador, totalmente ignorados; os operários daquela indústria vivem à mais completa insegurança, desprovidos de qualquer garantia, pois o interventor, segundo fomos informados, até a presente data, nestes longos 8 anos, não tomou nenhuma providência no sentido de amparar os trabalhadores que estão sob sua responsabilidade, através da Legislação Trabalhista.

Segundo denúncias, recentemente, formuladas pelo Deputado Federal Álvaro Dias, na Câmara Federal, o interventor federal da Indústria de Papel Arapoti, exerce função idêntica em hotel de Santa Catarina, onde, conforme o Deputado e de acordo com informações obtidas no local, exerce com as mesmas irresponsabilidades, comparecendo poucas vezes ao local para resolver os inúmeros problemas que, diariamente, surgem no mencionado hotel.

Aliás, o mesmo Deputado Álvaro Dias, em tempos passados, formulou denúncias ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, na CPI da política salarial, oportunidade em que, aquela autoridade prometeu a determinação de investigação para a purgação dos fatos e, conseqüentemente, tomada de medidas necessárias à resolução do problema. Entretanto, até a presente data, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nenhuma medida daquela autoridade fez-se resplandecer, aos funcionários da Fábrica de Papel de Arapoti, e, os operários estão passando por sérias privações em companhia, é claro, de suas famílias.

Os operários da Fábrica de Papel Arapoti, esperam que, realmente, essa providência sejam tomadas com urgência, pois aqueles operários valiosos e fiéis ao trabalho de cada dia estão sofrendo, horivelmente, o abandono, o esquecimento, a miséria e, acima de tudo, a decepção de uma administração, cujo comportamento é, caracterizadamente, desumano; se tivéssemos que analisar o Exmo. Sr. Presidente da República, na qualidade de patrão dos operários da Fábrica de Papel de Arapoti, através do Interventor responsável, não só pela Indústria mas, principalmente, pela população operária, que ali presta serviços, teríamos que qualificá-lo de péssimo Patrão; inclusive, porque, se por via do acaso, alguma empresa particular, copiar aquele procedimento, a vida dos operários desta Nação, vai ser um DEUS QUE NOS ACUDA.

Os fidelíssimos, dedicados e honrados trabalhadores da Indústria de Papel de Arapoti, segundo ainda o pronunciamento do Deputado Álvaro Dias, na Câmara Federal, não podem de forma alguma, pagar por erros que não cometeram e, o Governo, que assumiu a direção daquela Indústria, deve e tem que assumir por inteiro, as responsabilidades trabalhistas daqueles operários ordeiros, eficazes, obreiros constantes de uma produção econômica que supera as expectativas em cada ano de atividade.

Como dissemos, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, foram mais de 18 anos de sofrimento daquela gente operária que presta serviços na garbosa Indústria de Papel de Arapoti, injustiça social alarmante, esquecimento penoso, descuido imperdoável, humilhações ao ser humano, ao homem que trabalha, trabalha e trabalha, desde o nascimento até à morte, sem quase nada exigir, senão simplesmente o minguado pão aos seus filhos e agora . . . esses operários, sem a proteção trabalhista que lhe é de direito, sem a segurança previdenciária que lhe é devida, sem pelo menos a consciência do feito, do chefe, do Ilustre Interventor da unidade de trabalho onde prestam serviços anos e anos consecutivos, dias e noites quem sabe; é tamanha a injustiça social, além de negarem o que de direito previsto em leis, negam aos operários da Fábrica de Papel de Arapoti, conforme fomos informados, até a alimentação; quando estes são tomados de enfermidade e não podem trabalhar. Negam assistência médica, negam assistência hospitalar, negam tudo. O descumprimento da Lei, que se observa ao ouvir as queixas e reclamações dos empregados daquela Indústria, é simplesmente comovente, aviltante e singular por parte da direção administrativa da Fábrica de Papel de Arapoti. Foi enfatizada a denúncia efetuada pelo Deputado Álvaro Dias, na Câmara Federal em 26 de março do corrente ano, com as seguintes palavras:

"Foram oito anos de descumprimento da Lei, e não se pode admitir a partir desta denúncia, a continuidade de tamanha injustiça social".

Passou o mês de março, passou abril, findou o mês de

maio, nenhuma providência fora tomada, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Por isto mesmo, requeiro, desta tribuna, o envio de cópia deste meu modesto pronunciamento ao Exmo. Sr. Deputado Arnaldo da Costa Prieto, DD. Ministro do Trabalho, encarregando as providências já solicitadas na esfera federal, cumprindo-me acrescentar, que o que vi em Arapoti, com referência à narrativa de alguns trabalhadores da Indústria de Papel, a que aludimos, é o verdadeiro retrato da pobreza, da miséria, da indignação e até do medo".

Importante que se faça nesta oportunidade, com o devido respeito, a coluna, Informa Especial do "Diário Popular", de hoje, queremos nesta oportunidade afirmar, pelo que vimos e sentimos da narrativa dos infelizes operários da Fábrica de Papel de Arapoti, aquilo sim deve ser qualificado de propositismo.

Acreditamos que nem mesmo os homens que viveram nas cavernas, da pré-história, sofreram tanto como estão sofrendo aqueles operários.

E, referindo-nos a esse respeitável órgão de imprensa da Capital, queremos agradecer sensibilizados sua gentil consideração ao registrar o nosso nome, depois de muito tempo esquecido, no jornal de hoje, com um diminutivo quase pejorativo, numa demonstração de sua respeitável qualidade de imprensa deste Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fidelcino Tolentino) No grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por indescritível coincidência o Estado do Paraná sedia em sua Capital o décimo sexto Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais, na mesma época em que esta Assembléia Legislativa investiga as despesas efetuadas pelo Governo do Estado, com a divulgação e publicidade, através de CPI.

É ironicamente, pouco tempo após as demarches sub-repitiamente de conhecimento público como de ordem político partidária, que culminaram com a interrupção da transmissão da programação da TV Globo, pelas Emissoras de Televisão de propriedade do ex-Governador paranaense, Sr. Paulo Pimentel.

Esperamos, ardentemente, pelo êxito e proficuidade desse conclave nacional, que honra, sobremaneira, o Paraná em aqui se sediar.

Desejamos que as justas aspirações dos profissionais de imprensa sejam respaldadas pela consciência dos homens que detém as rédeas dos destinos deste País.

Respaldadas, reconhecidas e respeitadas. Que o soberanismo dessa missão seja reverenciado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos Anais desta Casa, proponho o meu protesto pelo pronunciamento do Sr. Vice-Governador, procurando em suas palavras ensinar o padre a rezar a missa. Isto é, procurando deselegantemente, ensinar os jornalistas a fazer jornal.

E protestar, Sr. Presidente, também pela ilógica e nociva presença da censura, já na instalação do Congresso Jornalístico, deixando clarividente que há no ar permanente em todo o conclave, que logicamente deveria ter todas as garantias constitucionais de ampla liberdade.

Assim, colhemos a oportunidade para apresentar moção de desagravo ao jornalista Andre Mota Lima, representante da Associação Brasileira de Imprensa, portador de mensagem do profissional Prudente de Moraes Neto, presidente da entidade mater dos jornalistas e do jornalismo; sutilmente, por manobras várias, impedido de tornar público na sessão solene de instalação, o documento do qual era emissário credenciado.

Assim, Sr. Presidente, passamos a ler a mensagem oficial da Associação Brasileira de Imprensa, impedida de ser apresentada no congresso referido.

Diz o Sr. Prudente de Moraes:

"Companheiros:

O XVI Congresso Brasileiro de Jornalistas vai constituir uma nova e promissora oportunidade para que exerçamos coletivamente, e no elevado foro da assembléia nacional, este nosso teimoso ofício de pensar.

Pensar para discutir, opinar, reivindicar, discordar, propor, criticar — para exercer estas faculdades tão naturais ao ser humano, necessitadas contudo de permanente cultivo e, muitas vezes, defesa.

Cultivá-las e defendê-las é uma tradição extremamente cara à nossa categoria.

Já há 59 anos, a Associação Brasileira de Imprensa, sob a presidência de João Guedes de Mello, convocava o Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas.

E neste encontro, realizado no Rio de Janeiro, entre 10 e 22 de setembro de 1918, nossos antigos colegas aprovavam conclusões em que se inscreviam claramente os compromissos básicos da profissão com a liberdade, a paz, a cultura, a justiça e o progresso.

- Propugnam que a diretoria da ABI representasse ao governo para que não se repetisse nem aumentasse "os abusos com a prática frequente da censura telegráfica".

- Defendiam a sindicalização, instrumento para que a indústria jornalística não viesse a "decair na inferioridade duma exploração desonesta, completamente absorvida pela ganância do lucro pecuniário".

- Apontavam o fato de que "a missão incumbida à imprensa exige dos jornalistas um trabalho atento e persistente no sentido de elevar a profissão pela exclusão de elementos nocivos ou incapazes, e pela observância cada vez maior da boa ética jornalística".

- Pediam o apoio dos jornais à atividade teatral.

- Reclamavam a impessoalidade na reportagem política.

- Recomendavam a fundação de jornais nos sindicatos operários.

- Sugeriam que o noticiário policial omitisse o nome de menores, das vítimas de crimes com envolvimento moral e dos pormenores de suicídio.

- Reivindicavam a criação de uma Escola de Jornalismo.

- Insistiam na ação da imprensa pelo combate ao analfabetismo e pelo amplo debate dos grandes problemas nacionais.

- Destacavam o direito de crítica e de resposta, e condenavam o anonimato e a publicidade nociva.

Sobretudo, ressaltavam:

- O Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas, na situação atual, consequente à guerra, só reconhece a legitimidade da censura quando se limitar a assuntos de ordem diplomática — relativos aos países em guerra — ou militar.

É espantosa a coincidência de preocupações entre jornalistas de épocas tão distantes no calendário, e muito mais afastadas no tempo cultural que nos separa dos congressistas de 1918.

Pois se existem valores perenes — defensáveis em qualquer momento da História e, justificados, portanto, hoje como há 50 anos —, injustificáveis é que ainda agora precisemos reclamar direitos e garantias que se apresentavam indispensáveis e urgentes aos contemporâneos do Kaiser e do primeiro aeroplano.

E não são estes, infelizmente, os únicos fatos injustificáveis de nossa época, já que evoluímos tecnologicamente do "14-Bis" para as naves interplanetárias, mas ainda convivemos com gente que pensa segundo padrões há muito ultrapassados.

É justamente por isso, companheiros congressistas, que a Associação Brasileira de Imprensa quer trazer a este encontro

sua confiança em que os jornalistas deste País hão de preservar na defesa de seus direitos, que integram e refletem os direitos maiores de todo povo.

Não sendo uma organização sindical, exclusiva de patrões ou empregados, a ABI tem procurado representar a totalidade do setor — os jornais e os jornalistas — na luta pela plena liberdade de imprensa e pela inviolabilidade de seus profissionais.

E nisto estamos certos de representar a própria consciência nacional, na defesa de seu direito de ser informada, de assegurar-se instrumentos de preservação e de difusão cultural, e de manifestar-se a respeito de todos os assuntos, também e sobremaneira o político.

Mas se este é o compromisso maior — da ABI mandatária da Nação, pela natureza mesma de sua investidura social, não lhes passa despercebido ou indiferente o esforço dos sindicatos pela melhoria das condições de trabalho e de vida dos profissionais da imprensa.

Através de suas posições e, tanto quanto possível, de seus atos, a ABI está e há de permanecer — solidária com a luta pelo aprimoramento dos recursos oferecidos aos jornalistas para o exercício de suas tarefas, dos sistemas contratuais de serviços, dos níveis de salário e de remuneração a que fazem jus.

Ao mesmo tempo, tem procurado oferecer aos profissionais e estudantes de comunicação oportunidades de aperfeiçoamento, o que não pode ser esquecido por nenhum de nós, se desejarmos vencer efetivamente a batalha pelo justo posicionamento da imprensa na sociedade brasileira.

No amplo e crescente elenco de suas atividades e iniciativas a ABI entende contudo que a valorização do jornalista e dos veículos de comunicação social não pode ocorrer, e muito menos prosperar, fora do clima democrático desejado por todos os brasileiros.

Daí porque nossa prioridade para a promoção e a defesa dos direitos de imprensa.

Daí porque nosso desejo de enviar-lhes um apelo para que os sindicatos de jornalistas superem as possíveis e naturais dissensões e se integrem num esforço conjunto, pela unidade da categoria, em favor de seus interesses mais altos.

Pois não seria justo, nem lúcido, que nos mantivéssemos desatentos e dispersos quando o sentido mesmo de nosso ofício — a liberdade de informar — ainda se vê tolhido pela censura imposta à "Tribuna de Imprensa", "Veja", "Movimento", "Opinião", "O São Paulo", e quantos outros veículos menores, atuantes no interior do País, coagidos muitas vezes — quem sabe? — através de instrumentos e de expedientes nem sequer previstos pela legislação excepcional.

É por isto, também — que, sendo uma entidade apartidária e, "strictu sensu" apolítica —, a ABI não entende que esta condição a impeça de colocar-se ao lado de todo e qualquer jornalista que se veja atingido no singelo exercício de seus direitos fundamentais de pessoa humana. Ao contrário, sendo a coerção de natureza política mais a Associação se verá obrigada a interceder pelo respeito aos direitos universais e de opinião e de manifestação do pensamento.

Companheiros, com os melhores votos de que este encontro de Curitiba fortaleça em nossa categoria a resistência na defesa intransigente de conquistas já alcançadas, permito-me lembrar, também, que isto não nos pode nem nos deve distrair da luta em busca de novas conquistas, novos progressos; de natureza profissional estrita, ou de alcance social mais amplo.

As circunstâncias políticas e o desenvolvimento tecnológico são indicadores eloquentes da necessidade de considerarmos em alta conta da prioridade e constante formação e a intensa reciclagem de pessoal. Precisamos dedicar carinhosa atenção às dezenas de jovens que aportam às redações, muitas vezes mal preparados e carentes de apoio. Precisamos nós mesmos, os mais velhos, atentar sempre para as mudanças que ocorrem no campo das comunicações sociais, os novos temas que desafiam

a imprensa, as formas de superar dificuldades, conjunturais, as novas técnicas gráficas e de telecomunicações, as novas características empresariais ao setor.

Como vimos, não são de hoje as preocupações mais graves com o estado da imprensa brasileira. Assim, também, não podemos descurar de transmiti-las às gerações que nos estão sucedendo.

Em todo esse processo, necessariamente dinâmico, cremos que o grande, o maior, o eterno compromisso ético de nossa categoria deve ser a fidelidade ao fato; à verdade.

Neste momento, no Rio de Janeiro, a ABI começa a discutir, no III Seminário de Jornalismo, o tema Ética que, a nosso ver, é o outro elemento do binômio liberdade-responsabilidade, enquanto que a Diretoria já examina a constituição de uma comissão para estruturar um exame de profundidade da questão. Todas as sugestões serão bem-vindas, para que os anseios da classe em todo o Brasil possam estar representadas neste trabalho.

Companheiros; o jornalista brasileiro está apto a assumir suas responsabilidades no aprimoramento profissional, sem a aceitação da censura, sem a autocensura do medo ou da conveniência, sem a acomodação pessimista, sem o entorpecimento da curiosidade, sem o envelhecimento do espírito".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fidelcino Tolentino). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, ao que me consta não há número, não somente para se adentrar à Ordem do Dia, mas para seguimento da sessão. Desta maneira, Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Fidelcino Tolentino). Atendendo a solicitação do Sr. Deputado Enéas Faria, solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedido a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 33 Srs. Deputados, de forma que há número para o prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, já apoiado, que concede título de cidadania honorária ao Sr. Reinholdt Stefanos, que será encaminhado às Comissões Técnicas.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem). V. Exa. não submeteu o projeto ao apoio do Plenário.

O SR. PRESIDENTE — (Fidelcino Tolentino). Eu disse, Sr. Deputado, deferindo questão de ordem, que já estava apoiado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pois não. Mesmo assim, Sr. Presidente, eu quero deixar claro que tendo em vista a opinião já defendida nesta Assembléia, eu nego o apoio ao projeto.

O SR. PRESIDENTE — (Fidelcino Tolentino). Fica registrado, Sr. Deputado. Tem a palavra, o Sr. Deputado Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — O projeto de lei apresentado pelo Deputado Ivo Thomazoni, foi encaminhado à Mesa já devidamente apoiado.

O SR. PRESIDENTE — (Fidelcino Tolentino). Foi o que esta Presidência anunciou.

O SR. PAULO CAMARGO — Não há o que se discutir contra o apoio.

O SR. PRESIDENTE — (Fidelcino Tolentino). Foi o que esta Presidência pensou, nobre Deputado.

Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados Accioly Neto e Fidelcino Tolentino, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 183/75, de autoria do Deputado Osvaldo Macedo, que declara de utilidade pública o Diretório Central dos Estudantes, da Fundação Universidade Estadual de Londrina. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 20/76, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que declara de utilidade pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, A.P.M.I., com sede na cidade de Tomazina. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 21/76, de autoria do Deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná — A.M.O.P., com sede no município de Cascavel. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 201/75, de autoria da Comissão Executiva, dando nova redação e acrescentando incisos, à alínea "C" do Artigo 1º, da Resolução nº 9/67, de 07/06/67. Parecer favorável da CCJ, com Substitutivo Geral, por unanimidade. — **Aprovado, pelo Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 79/76, de autoria do Deputado Accioly Neto, dando nova redação aos Artigos 39 e 51 do Regimento Interno. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 98/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, determinando arquivamento de Projetos que concedem honorarias, apresentados e oriundos de outras Legislaturas. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 45/76, de autoria do Deputado Jayme R. de Carvalho, que declara de utilidade pública a Sociedade Universitária Paranaense de Ensino, com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 103/75, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que declara de utilidade pública, o Centro de Umbanda de Vovó Sabina, com sede e foro na cidade de Jaguariaíva. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 103/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o Centro de Umbanda de Vovó Sabina, com sede e foro na cidade de Jaguariaíva, neste Estado.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1975.

(a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma sociedade civil e religiosa, fundada em 17 de agosto de 1974, na cidade de Jaguariaíva, neste Estado, que se propõe, pelo seu estatuto, ao estudo do espiritismo e à propagação ilimitada de seus ensinamentos doutrinários, por

todos os meios que oferece a palavra escrita, falada e exemplificada; à prática da caridade espiritual, moral e material, por todos os meios a seu alcance.

Enquadrando-se nas disposições da legislação específica, parece-nos justo que se declare a referida entidade de utilidade pública, que é o que se pretende com o presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 103/75

Assinado pelo ilustre Deputado Gabriel Manoel, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública, o "Centro de Umbanda de Vovó Sabina", com sede e foro na cidade de Jaguariaíva.

Como a entidade referida preenche os requisitos da lei pertinente, como se insere do Estatuto da mesma, o parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1975.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente
DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 25/76, de autoria do Deputado Dácio Leonel de Quadros, que declara de utilidade pública a Loja Maçônica Independência, com sede na cidade de Primeiro de Maio. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 25/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a Loja Maçônica Independência, com sede na cidade de Primeiro de Maio, neste Estado.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de março de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

A documentação que acompanha o presente plano de Lei comprova a existência legal da entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, bem como que a mesma estando em funcionamento, ininterrupto, há mais de um ano, presta relevantes serviços à comunidade sem qualquer intuito lucrativo. Ressaltando-se que os membros de sua diretoria, igualmente, não visam lucros, posto que não percebem qualquer espécie de remuneração ou dividendo pelo desempenho de suas atividades.

Assim, estando a entidade, perfeitamente amparada pela Legislação que regula as declarações de utilidade pública (Decreto Federal nº 60.931, de 04 de julho de 1967, que regulamenta a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1936, bem como a Lei Estadual nº 4399, de 17 de agosto de 1961, oferecemos a elevada consideração de nossos pares o presente projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 25/76.

De autoria do nobre Deputado Dácio Leonel de Quadros, o presente plano de lei objetiva declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Independência, com sede na cidade de Primeiro de Maio.

Examinando a documentação que acompanha o projeto de lei, pudemos nos certificar que os requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual e federal, estão corretos.

Nesta condição, o nosso parecer é favorável, porquanto o projeto está em condições de tramitar livremente nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO

Presidente

IVAN RUPPEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 33/76, de autoria do Deputado Alfredo Gulin, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de 1º Grau "La Salle", com sede à rua La Salle, s/nº, nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 33/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de 1º Grau "La Salle", com sede à rua La Salle, s/nº, nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Os objetivos desta Associação, é aproximação mais íntima do educando-Pais e Mestres para o seu próprio aperfeiçoamento, a fim de mais eficientemente poderem trabalhar unidos pela formação do Educando, como ser ajustado, útil e produtivo à sociedade humana.

Funciona a A.P.M. "La Salle", como órgão cooperador da escola, visando o bem estar integral do aluno.

A Associação cuida de aproximar para melhor entrosamento, professores, pais e responsáveis pelos alunos, cooperando na integração do educando no meio social e na integração na escola, na família e na comunidade.

Saliente-se que todas essas atividades são exercidas pelos componentes da Associação, sem qualquer interesse remuneratório, trabalhando exclusivamente em prol da coletividade.

É sem dúvida uma entidade de utilidade pública de fato, e por que não torná-la de direito após ter prestado e continuar prestando tantos serviços à comunidade desinteressadamente?

Solicitamos pois, aos ilustres Pares, o devido apoio e consequente aprovação do presente projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 33/76

De autoria do nobre Deputado Alfredo Gulin, o presente Projeto de Lei nº 33/76, visa declarar de utilidade pública a "Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual La Salle", com sede nesta Capital.

Analizando-se o processo, a justificativa e a documentação que o acompanha, temos que o mesmo se acha em condições de ser apreciado, já que estão preenchidas as condições essenciais exigidas pela legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Isto exposto, o nosso parecer é favorável.

Opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 37/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, com sede no Estado do Rio de Janeiro. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 37/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, com sede no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976.
(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, é órgão que congrega as Associações de Servidores Públicos Estaduais e Federais. É também a entidade máxima de grau superior representativa dos servidores públicos no Brasil, exercendo efetiva colaboração com órgãos públicos na solução dos problemas afetos à classe, pugnando pela profissionalização, valorização e dignificação da função pública.

Justo que o Poder Público estadual lhe reconheça a utilidade pública, a exemplo de outros estados da federação.

Esperamos o apoio de nossos Pares a esta proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 37/76

O presente Projeto de Lei nº 37/76, de autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, visa declarar de utilidade pública a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

Examinando-se a justificativa e a cópia dos seus Estatutos — anexa ao presente, temos que estão preenchidos os requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente
DENI SCHWARTZ — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Fidelcino Tolentino). Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, líder da ARENA, indicando os nomes dos Srs. Deputados Luiz Roberto Soares, Ezequias Losso e Fabiano Braga Cortes, como membros efetivos, e Luiz Alberto Oliveira e Basílio Zanusso, como suplentes, para comporem a Comissão Especial para apreciação das Emendas Constitucionais. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Reinoldo Ludwig, ocorrido na cidade de Cândido Rondon. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Noêmia Maria de Jesus Santana, ocorrido na cidade de Terra Rica. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ulisses Xavier da Silva, ocorrido na cidade de Londrina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja construída uma unidade escolar, no município de Almirante Tamandaré, distrito de Campo Magro. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Fidelcino Tolentino). Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja encaminhada cópia do pronunciamento do Sr. Deputado autor deste, ao Sr. Ministro do Trabalho, referente a narrativa de alguns trabalhadores da Indústria de Papel, denominada Arapoti, sediada no município do mesmo nome, que permanecem sem assistência médico-hospitalar. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fidelcino Tolentino). Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, reivindicando ensino de 1ª a 8ª série no distrito de Lerroville, município de Londrina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Conselho Monetário Nacional e ao Coronel Perachi Barcellos, Diretor do Banco do Brasil, enfatizando a necessidade de criação e instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito na cidade de Terra Roxa. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Secretaria do Planejamento, reivindicando a instalação de Inspetoria de Ensino com sede na cidade de Nova Londrina, com jurisdição sobre os municípios de Diamante do Norte, Itaúna do Sul e Marilena. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, enfatizando a necessidade de instalação de Posto de Saúde no distrito de Santa Esmeralda, município de Santa Cruz do Monte Castelo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado à PARANATUR, visando providências no sentido de proceder a devida divulgação da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, realizada anualmente na cidade de Porto Rico. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente da República, pela anulação e transferência à PETROBRÁS, da concessão da pesquisa e lavra do potássio de Sergipe. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, em forma de apelo, no sentido de que seja sustada a transferência, à responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, o Hospital Infantil. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

BALANCETES:

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE FEVEREIRO DE 9176

ATIVO

DISPONÍVEL

Tesouraria	4.437.087,05	4.437.087,05
------------	--------------	--------------

EXECUÇÃO DA DESPESA

Venc. e Vantagens Fixas	5.472.553,52	
Despesas Variáveis c/Op. Civil	2.811.071,07	
Material de Consumo	201.018,08	
Serviço de Terceiros	724.719,78	
Encargos Diversos	30.000,00	
Despesas de Exercícios anteriores	23.778,63	
Subvenções Sociais	- 0 -	
Inativos	674.984,00	
Pensionistas	263.472,58	
Salários Família	88.487,58	
Contribuições de Previdência Social	7.964,00	
Equipamentos e Instalações	98.111,00	
Material Permanente	- 0 -	
Auxílio p/Obras Públicas	- 0 -	
		10.396.160,24

CONTAS PENDENTES

Despesas Diferidas	300.000,00	300.000,00
--------------------	------------	------------

SOMA DO ATIVO.....	15.133.247,29
--------------------	---------------

PASSIVO

LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS

PESSOAL

Vencimentos e Vantagens Fixas	6.200.000,00	
Despesas Var. c/Pessoal Civil	3.520.000,00	
Inativos	690.000,00	
Pensionistas	300.000,00	
Salários Família	120.000,00	
Contribuições de Previdência Social	210.000,00	
		11.040.000,00

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO

Material de Consumo	160.000,00	
Serviços de Terceiros	702.500,00	
Encargos Diversos	40.000,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	50.000,00	
Subvenções Sociais	- 0 -	
		952.500,00

CAPITAL

Equipamentos e Instalações	350.000,00	
Material Permanente	152.500,00	
Auxílio p/Obras Públicas	- 0 -	
		502.500,00
		12.495.000,00

CREDORES

Despesas Empenhadas	490.405,06	
Despesas Processadas	278.584,86	
Folhas de Pagamento	92.771,92	
CONSIGNAÇÕES	691.203,27	
		1.552.965,11

RESTOS A PAGAR

Empenhadas	1.012.804,99	
Processados – Credores	39.719,83	
Processados – Folhas de Pagamento	29.197,68	
		1.081.722,50

CONTAS PENDENTES

Outras Contas Pendentes		3.559,68
-------------------------	--	----------

TOTAL DO PASSIVO.....	15.133.247,29
-----------------------	---------------

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 04 de março de 1976

CONTADOR GERAL

CHEFE DIVISÃO DE CONTABILIDADE

CHEFE SEÇÃO CONTABILIDADE

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE ABRIL DE 1976

ATIVO

DISPONÍVEL

Tesouraria	4.723.776,32	4.723.776,32
------------	--------------	--------------

EXECUÇÃO DA DESPESA

Venc. e Vantagens Fixas	11.133.109,17	
Despesas Variáveis com o P. Civil	5.885.681,99	
Material de Consumo	562.479,74	
Serviços de Terceiros	2.936.246,62	
Encargos Diversos	1.226.465,60	
Despesas de Exercícios Anteriores	159.382,30	
Subvenções Sociais	3.342.500,00	
Inativos	1.349.487,64	
Pensionistas	518.639,24	
Salário Família	176.260,66	
Contribuição de Previdência Social	200.995,17	
Equipamentos e Instalações	245.788,85	
Material Permanente	60.055,12	
Auxílio p/Obras Públicas	- o -	
		27.797.052,10

CONTAS PENDENTES

Despesas Diferidas	- o -	
--------------------	-------	--

SALDO ATIVO 32.520.828,42

PASSIVO

LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS

PESSOAL

Vencimentos e Vantagens Fixas	12.500.000,00	
Despesas Var. c/Pessoal Civil	6.960.000,00	
Inativos	1.490.000,00	
Pensionistas	610.000,00	
Salário Família	240.000,00	
Contribuições da Previdência Social	280.000,00	
		22.080.000,00

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO

Material de Consumo	535.000,00	
Serviços de Terceiros	2.260.000,00	
Encargos Diversos	1.090.000,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	150.000,00	
Subvenções Sociais	1.680.000,00	
		5.715.000,00

CAPITAL

Equipamentos e Instalações	350.000,00	
Material Permanente	152.500,00	
Auxílio p/Obras Públicas	- o -	
		502.500,00
		28.297.500,00

CREDORES

Despesas Empenhadas	2.126.363,96	
Despesas Processadas	1.600.318,58	
Folhas de Pagamento	5.147,02	
Consignações	219.460,25	
		3.951.289,81

RESTOS A PAGAR

Empenhados	230.335,33	
Processados – Credores	17.695,78	
Processados – Folhas de Pagamento	20.447,82	
		268.478,93

CONTAS PENDENTES

Outras Contas Pendentes	3.559,68	
		3.559,68
		4.223.328,42

SOMA PASSIVO 32.520.828,42

Palácio “Dezenove de Dezembro, em 06 de maio de 1976.

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

JUAREZ DE QUADROS GONÇALVES

LUIZ R. BITTENCOURT

PORTARIA N.º 294/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4709, de 31 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 1/76, ao funcionário RUY RIBAS DE OLIVEIRA, matrícula número 257, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de junho de 1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 295/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4692, de 31 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, a funcionária NEUSA OLIVIA MELARA, matrícula número 344, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, 02 de junho de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 296/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1310/76, de 26 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, a ANTÔNIO GARCIA, matrícula número 020, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de junho de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 297/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do pro-

cesso protocolado sob o número 4405/76, fr 24 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar, ILSO ESTEVÃO DE ALMEIDA, matrícula número 045, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Segunda Secretaria, a partir de 21 de maio de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de junho de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 298/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4665/76, de 28 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, ao funcionário HUGO GABARDO, matrícula número 527, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais e MARIA MOREIRA MACENO, matrícula número 220, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração do Grupo Ocupacional Administrativo, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de junho de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO N.º 393/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3903/76, 12 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

prover, em comissão, ELIZABETE SUGA, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado LUIZ GABRIEL SAMPAIO.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de junho de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 394/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4217/76, de 19 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

prover, em comissão, JURACY MANSANI, no cargo de sím-

bolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA.

Palácio "Dezenove de Dezembro, em 02 de junho de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 395/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3876, de 11 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

prover, em comissão, IVANISE MARIA DA COSTA, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado FIDELCINO TOLENTINO.

Palácio "Dezenove de Dezembro, em 02 de junho de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 396/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3989/76, de 14 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

prover, em comissão, ZANY BARBOSA; no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado GILBERTO REZENDE DE CARVALHO.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de junho de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 397/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 4042/76, de 18 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

prover, em comissão, SEBASTIÃO LUIZ GONZAGA, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado FRANCISCO ESCORSIN.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de junho de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 373/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1442/75, de 03 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LUIZ RUPPEL BITTENCOURT, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 416/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3600/75, de 17 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de OSIRIS DE BRITO, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) anos, correspondente ao dobro das licenças a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro e segundo decênios vencidos respectivamente em 01 de agosto de 1963 e 01 de agosto de 1972; e,

II – conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 01 de março de 1975, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24/06/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 579/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

conceder acesso na inicial da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de agosto de 1975, aos funcionários abaixo relacionados:

PARA O NÍVEL PL "18"

CESAR AUGUSTO AGOSTINI PINTO NUNES – por antiguidade

INGNEZ LITZA LENIOWSKI – por antiguidade

JOUBERT DA SILVA SANTOS – por antiguidade

LELINGTON LOBO FRANCO – por merecimento

VALDOMIRA DEMETERCO PEREIRA – por merecimento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", e, 05/08/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário